

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.887 - GO (2018/0262250-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ALESSANDRO CARDOSO FERRAZ
AGRAVANTE : FABIANA ROSARIO FERRAZ
ADVOGADOS : MÁRCIO DE SOUZA - GO017264
ELCY SANTOS DE MELO - GO028993
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : ANA LIGIA RIBEIRO DE MENDONÇA - GO012446
YANA CAVALCANTE DE SOUZA E OUTRO(S) - GO022930

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C AÇÃO CONSIGNATÓRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DEPÓSITO INFERIOR AO VALOR CONTRATO. NÃO AFASTAMENTO DA MORA. MANUTENÇÃO NA POSSE DO BEM. INCOMPORTABILIDADE. 1. Nada impede que os requerentes/devedores depositem o valor que entendem devido, inclusive, para ter assegurado seu direito de ação. Porém, sendo o valor oferecido para depósito inferior àquele efetivamente pactuado pelas partes, tal medida não tem o condão, por si só, de elidir os efeitos da mora. Inteligência da Súmula 380 do STJ. 2. Para a manutenção na posse do bem é imperioso que o depósito seja feito de acordo com os valores contratados. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação ao artigo 300, do Código de Processo Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta que os requisitos autorizadores da concessão liminar estão presentes quais sejam: da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, e que se evidenciam pela simples razão de que os recorrentes pretendem com a demanda quitar o contrato firmado, extirpando-se os encargos ilegais cobrados, inclusive no período de normalidade e não há risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou a ausência do preenchimento dos requisitos da tutela de urgência, assim se pronunciando:

[...]

Em palavras outras, evidencia-se que a parte agravada demonstrou (evento 09) que os agravantes estão inadimplentes deste 24.04.2016. Obviamente, podem os devedores fazer uso da demanda consignatória c/c revisional e depositar o valor que reputam devido, em respeito ao direito de ação, no entanto, para rechaçar as consequências da mora, estes devem depositar o valor contratado.

Insta esclarecer, outrossim, que o agravo de instrumento destina-se tão somente à análise do acerto ou desacerto da decisão impugnada, razão por que, diante da não comprovação, pelos autores/agravantes, dos requisitos do art. 300 do Novo Código de Processo Civil, não fazem eles jus à tutela de urgência.

Desta forma, não merece reparo a decisão de primeiro grau que, acertadamente, analisou os elementos de prova coligidos aos autos, consoante se vê do trecho do decisum supratranscrito.

Deste modo, contrapondo-se às razões recursais, entendo que os requisitos necessários para o deferimento do pleito liminar não estão presentes.

De tal sorte, não observo qualquer razão para cassar ou modificar a decisão agravada, uma vez que, conforme restou consignado em linhas volvidas, o ato impugnado não apresenta ilegalidade ou defeito.

Destarte, inexistindo qualquer vício na decisão agravada, deve ela prevalecer, até mesmo pelo seu caráter provisório e, ainda, para prestigiar o livre arbítrio fundamentado do juízo a quo, que se encontra mais próximo das provas respectivas.

[...]

A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual

não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

Em conformidade, cito o seguinte precedente:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5/STJ, 7/STJ E 735/STF.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria a análise de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório, inviáveis em sede de recurso especial, a teor dos enunciados nº 5 e 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1253947/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

Por fim, impende registrar que os apelos interpostos com fundamento no artigo 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula n. 7/STJ, quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...) 4. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 980.520/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 13/02/2017) (grifou-se)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora